



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 – Brasília-DF

REQUERIMENTO Nº , DE 2024
(Do Sr. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ)

Requer a convocação do Ministro de Estado da Educação, Camilo Santana, a fim de que preste esclarecimentos acerca do corte de verbas ligadas à pesquisa e assistência estudantil em universidades e no ensino básico.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219 e 117, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a **CONVOCAÇÃO** do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado de Educação, Sr. Camilo Santana, a fim de que preste esclarecimentos, à esta Comissão de Educação, acerca do corte de verbas ligadas à pesquisa e assistência estudantil em universidades e no ensino básico.

JUSTIFICAÇÃO

Nos termos do art. 50, da Constituição Federal de 88, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer uma de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificção adequada.

O negligenciamento da educação por parte do Poder Executivo pode ter uma série de impactos negativos em uma sociedade. A educação é a base para o desenvolvimento humano, social e econômico de um país, e quando não é devidamente





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 – Brasília-DF

priorizada, isso pode resultar em consequências graves. Assim, conforme noticiado pela imprensa nacional¹, o governo Lula (PT) cortou verbas de bolsas em universidades e da educação básica, entre outras ações, durante o ano de 2024. Ressalta-se que o MEC e a pasta da Ciência e Tecnologia perderam cerca de R\$ 280 milhões. As ações ligadas à pesquisa e assistência estudantil em universidades e no ensino básico estão entre as mais impactadas.

Dentro deste mesmo corte, a verba do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) caiu R\$ 73 milhões. A redução foi de cerca de 3,6% do recurso do órgão de incentivo à pesquisa. Apesar de o percentual ser baixo, as instituições de ensino têm reiterado reclamações sobre falta de verba. Em dezembro, a Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) disse que as universidades recebem verba "insuficiente".

Para as ações ligadas à educação básica, o corte superou R\$ 30 milhões. Cerca de metade dessa cifra estava prevista para produção e distribuição de material didático.

A ação não surpreende, já que em agosto do ano anterior o governo bloqueou a liberação de recursos públicos para a área da educação. O valor total do contingenciamento é de R\$ 332 milhões². Entre os segmentos mais impactados estavam novamente a educação básica, a alfabetização de crianças, o transporte escolar e ainda as bolsas de estudo. Na época, segundo interlocutores do Ministério da Educação, o bloqueio era de praxe e foi determinado pela área econômica do governo, com o objetivo de evitar o descumprimento do teto de gastos.

Ainda no ano passado, de janeiro a outubro, os cortes e bloqueios realizados em diferentes áreas no orçamento do Ministério da Educação (MEC) somaram mais de R\$ 448 milhões. Além disso, a Capes, autarquia responsável pelos cursos de mestrado e doutorado no país, teve um corte de R\$ 116 milhões. Somados, os bloqueios

¹https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2024/04/governo-lula-corta-verba-de-bolsas-de-estudo-educacao-basica-e-farmacia-popular.shtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=twfolha

²<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/governo-lula-bloqueia-r-332-milhoes-destinados-para-a-educacao/>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 – Brasília-DF

representaram R\$ 564 milhões dos recursos do MEC. Mesmo assim, entidades como a Confederação Nacional dos Trabalhadores (CNTE) e a União Nacional dos Estudantes (UNE) evitaram qualquer conflito e cobrança efetiva ao governo federal.

Neste cenário, voltando a 2024, dezenove universidades e institutos federais marcam greve a partir da próxima segunda-feira, 15/04, reivindicando reajuste salarial e equiparação dos benefícios dos servidores públicos federais àqueles concedidos ao legislativo e judiciário, ainda em 2024.

O Andes pede que o reajuste salarial seja dividido em dois blocos: um reajuste de 34% em 3 parcelas iguais de 10,34% em 2024, 2025 e 2026; e outro de 22% também dividido em 3 parcelas iguais de 7,06% em maio de 2024, 2025 e 2026. Segundo o sindicato, os percentuais correspondem às perdas salariais desde o governo do ex-presidente Michel Temer, em 2016, até dezembro de 2023, acrescidas das projeções inflacionárias de 2024 e 2025.

A valorização da educação e de seus profissionais é fundamental para promover um sistema educacional robusto e eficaz. Os professores desempenham um papel crucial na formação das futuras gerações, moldando não apenas o conhecimento acadêmico, mas também os valores e habilidades dos alunos. Portanto, é essencial que esses profissionais sejam respeitados, apoiados e adequadamente remunerados pelo seu trabalho.

Diante deste contexto, fica evidenciado a preocupação desta Casa no que concerne ao cenário preocupante que se encontra a educação brasileira, cabe então convocar a presença do Ministro a fim de questioná-lo minuciosamente para esclarecer as situações mencionadas e o corte de verba efetuado.

Sala das Comissões, em 12 de abril de 2024.

Deputado DELEGADO PAULO BILYNSKYJ
(PL-SP)

